

UM PLANO MARSHALL PARA A AMÉRICA LATINA: A CONTRIBUIÇÃO DE ROBERTO SIMONSEN PARA A TESE DO SUBDESENVOLVIMENTO LATINOAMERICANO

Produção: discussão sobre teoria social

GT 17: PENSAMIENTO LATINOAMERICANO

Autor: MOACIR DE FREITAS JUNIOR, doutorando em ciências sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara – FCLAR.
E-mail: mfjr@fclar.unesp.br

Resumo:

Roberto Simonsen foi um intelectual brasileiro da primeira metade do século XX. O autor teorizou que a divisão do trabalho relegava os países periféricos a um segundo plano mundial, retirando-lhes o direito de buscar a elevação de seus padrões de vida. Finda a II Guerra, foi lançado o Plano Marshall, que reeditou a divisão internacional na qual a AL novamente figurou em papel secundário, impedida de se desenvolver por conta deste determinismo que as obrigava a figurar em papel de menor relevância a fim de sustentar os altos padrões de vida dos países centrais. Logo, o ideal seria que o Plano Marshall também contemplasse a AL, concorrendo para seu desenvolvimento. São sobre estas contribuições que versa o presente trabalho.

Palavras-Chave: Subdesenvolvimento. Plano Marshall. Condições de Vida.

Roberto Simonsen foi um intelectual brasileiro cujas atividades marcaram o período histórico da primeira metade do século XX, no qual o Brasil e os países da América Latina, cada um a seu tempo, adotaram esforços de industrialização com vistas a superar o subdesenvolvimento que marca a história econômica destas nações.

Foi também nesse mesmo contexto histórico (as três principais décadas, de 1910 a 1940, em que ocorreram as transformações sociais, econômicas e políticas que marcaram o Brasil no período) que Simonsen desempenhou suas atividades intelectuais de forma mais marcante, abrindo a discussão sobre o problema do subdesenvolvimento que afetava o Brasil e outras nações da América Latina e do Mundo.

Melhor situando a condição e a importância intelectual da obra de Simonsen e sua conexão com a questão da superação do subdesenvolvimento, Vera Cepeda (2007) aponta que o problema fundamental com o qual a obra de Simonsen debateu-se era o subdesenvolvimento do Brasil, suas causas e as maneiras pelas quais ele poderia ser superado. Ver ainda Vieira (2010), Corsi e Mendonça (2010), Coliteste (2007), Carone (1971 e 1977), Bielschowsky (2000), Lima (1976), Del Vecchio e Diéguez (2008), Maza (2004), entre outros.

De maneira sintética, Roberto Simonsen entendia que enquanto persistisse a divisão do trabalho na qual cabia aos países latino-americanos o papel de exportador de produtos primários, jamais deixaríamos de ocupar a posição de periferia do mundo. Isto porque tal modelo não trazia o

desenvolvimento, mas aumentava a pobreza e a baixa produtividade e impedia a expansão do capitalismo, alimentando a luta de classes.

Neste quadro, o caminho a ser seguido seria o da industrialização, que de uma só vez conseguiria racionalizar o trabalho e aumentar a produção, conseqüentemente aumentando os ganhos da classe operária, que por sua vez teria ampliado seu poder de compra e, daí em diante, o ciclo do capitalismo se desenvolveria, não espontaneamente, mas com o planejamento do Estado, a fim de não permitir desequilíbrios e de explorar de maneira mais racional as forças de produção.

O autor, antecipando em parte ideias da CEPAL, teorizou que tais problemas eram frutos da injusta divisão do trabalho que relegava os países periféricos a um segundo plano no desenvolvimento mundial, retirando-lhes o direito de buscar a elevação de seus padrões de vida.

O final da Segunda Guerra agravou tal quadro. Ante a necessidade de os EUA fortalecerem a Europa economicamente, foi lançado o Plano Marshall, que entre outros efeitos reeditou a divisão internacional do trabalho na qual a AL novamente figurou em papel secundário. De acordo com Simonsen, tal como fora concebido, o Plano Marshall visava somente a reconstrução e recuperação da Europa, sem se ocupar dos efeitos que tal medida teria sobre a economia da América Latina, a qual somente restaria retomar suas características econômicas de antes da II Guerra. Era necessário, pois, um Plano Marshall para a América Latina.

Assim, em “Aspectos da Política Econômica mais conveniente ao Brasil no período de após-guerra”, de 1943, o autor expõe suas ideias sobre a possibilidade de, finda a II Guerra, se construir um ambiente de progresso e riqueza mundial que superasse a pobreza e diminuísse as diferenças sociais.

Alerta o autor que apesar de parecerem fáceis as tarefas de reconstrução da economia mundial do após-guerra, a política transcrita na Carta do Atlântico dava a entender que as grandes nações desenvolvidas pretendiam retomar o controle da economia capitalista ocidental, o que as tornaria ainda mais ricas, não obstante a devastação trazida pela guerra.

O alerta feito pelo autor fundamentava-se no fato de que as nações aliadas, especialmente os EUA, aproveitaram-se do esforço de guerra para alavancar ainda mais sua produção industrial. Finda a batalha, estes países estavam em condições de assumir de imediato a liderança política e econômica do mundo capitalista. (SIMONSEN, 1943, p.03)

Ao contrário, os países latinoamericanos não conseguiram consolidar-se enquanto nação industrial no período. Simonsen pontua que a total ausência de condições materiais para o desenvolvimento da indústria (combustíveis, indústrias de base, capitais, técnicos e outros insumos essenciais) fez com que as economias industriais progredissem menos do que poderiam.

Não obstante a participação no conflito tenha também trazido vantagens econômicas ao continente, que pôde expandir seu parque industrial e diversificar, dentro das possibilidades, a produção de gêneros menos complexos e de matéria prima, nosso crescimento poderia ter sido maior se comparado aos obtidos pelos demais países desenvolvidos. (SIMONSEN, 1943, p.5)

Diante de tal quadro, o autor propõe o desenvolvimento de uma política econômica para o após-guerra para o Brasil e para as nações latino-americanas que, tal como a feita pelos países desenvolvidos, considere a elevação da renda da população como o objetivo a ser alcançado.

Ao passo que, nos Estados Unidos e Grã-Bretanha, os estudos para a orientação da política de após-guerra se dirigem no sentido de ser mantida a renda nacional em seus níveis elevados, evitar o desemprego, afastar as causas das guerras e melhorar o aspecto econômico e social da distribuição de renda nacional pelo maior número, em nosso país, como na grande maioria das nações latino-americanas, tais estudos dever-se-ão orientar para duas indagações fundamentais: como elevar a renda nacional a um nível suficiente para atender às necessidades nacionais em harmonia com o estágio de civilização a que justamente aspiramos? E como assegurar a cada habitante do país um conjunto

mínimo de recursos, capaz de lhe permitir uma existência digna? (SIMONSEN, 1943, p.6)

A questão, pois, era elevar a renda nacional. Simonsen explica que, para tanto, os países centrais deveriam desenvolver uma política universal de fomento econômico a todos os países ocidentais, na medida em que seria de interesse universal a elevação dos padrões de vida da população mais pobre. Para tanto, os países menos desenvolvidos deveriam propor a criação de um programa de reconstrução mundial da economia que considerasse tal objetivo.

Mas para que o padrão de vida se elevasse, seria preciso, segundo Simonsen, que a produção econômica nacional também mudasse de patamar, deixando o estágio dos trabalhos primários e agrícolas e passando para os de maior complexidade, na medida em que quanto mais simples o modo de produção, menor é a remuneração dele advinda. Nestes termos, o trabalho no campo, manual, teria que, gradativamente, ser substituído pelo das máquinas. Em uma palavra, o Brasil necessitava acelerar os processos industriais.

Resulta daí que se estabelece uma hierarquia de remunerações e riquezas, dentro de um mesmo país, e entre as nações. Onde a atividade social das populações é mais concentrada em trabalhos primários, a riqueza é menor, o padrão de vida é inferior. Onde o progresso evoluiu, vulgarizando na população a utilização de todos os inventos, progressos e organizações [...], o padrão de vida médio se eleva e a riqueza da nação, que em última análise é a soma da riqueza de seus componentes, atinge elevado grau na escala dos valores. (SIMONSEN, 1943, p.8)

Assim, o autor defende a adoção de medidas econômicas que equilibrassem as relações entre os países de forma a tornar mais justa a distribuição das riquezas. Simonsen defendia que, sendo o bloco capitalista uma só unidade, seria do interesse de todos combater os focos de pobreza, que também seriam focos de descontentamento e de contestação do modelo capitalista. De acordo com o próprio autor,

Não obstante o que acima apontamos, é inegável a tendência dos países líderes para controlar a economia mundial, através de seus aparelhamentos financeiros. Ora, constituindo o mundo uma só unidade, é do interesse das nações mais ricas, combater os focos de pobreza, que são também focos de descontentamento e de revolta. Daí, as medidas de correção que se fazem necessárias, de caráter econômico e social, tanto mais justificáveis quanto são indiscutíveis as repercussões dos problemas econômicos, sobre os de ordem social e de política nacional e internacional. (SIMONSEN, 1943, p.16)

Em verdade, Simonsen percebera que, a seguir-se na política delineada pelos países centrais no após-guerra, as nações periféricas seguiriam na condição de subdesenvolvimento. Esta era, de fato, a preocupação do autor ao defender a adoção de um plano de reconstrução econômica também para a América Latina: evitar que a recuperação econômica dos EUA e da Europa se desse, como ao final aconteceu, sob as custas dos mercados consumidores dos países subdesenvolvidos.

Sendo a manutenção de uma vida digna um direito econômico da humanidade, não havia para Simonsen razão para que não se adotasse uma política capaz de distribuir as riquezas existentes entre as nações de maneira menos desigual. Mesmo porque, a acentuação da pobreza levaria, de acordo com o autor, à instabilidade social e até à guerra. Em outras palavras, elevar os padrões de vida, além de um direito, também serviria para consolidar o capitalismo na região.

Tal era a proposta de Simonsen: manter os investimentos feitos para o esforço de guerra no combate à pobreza e na elevação dos padrões de vida dos países menos desenvolvidos.

Assim, como imperativos de ordem natural, justificar-se-ia a manutenção de parte considerável dos atuais orçamentos de guerra para combater a miséria e o atraso dos povos, o que permitirá, às nações ricas, concorrerem, decisivamente, para a elevação do nível de vida humana e para a criação de uma consciência mundial de justiça social que seria, por certo, o mais rigoroso entrave ao desencadeamento de futuras guerras. (SIMONSEN, 1943, p.19)

As inquietações do autor com a política econômica do após-guerra ficaram mais claras anos depois, quando o projeto de recuperação econômica da Europa ficou delineado em definitivo. A preocupação principal de Simonsen, de que a ideia era a de financiar a reconstrução dos países ricos por meio dos países periféricos, concretizou-se, o que o levou a desenvolver uma série de conferências e relatórios abordando o tema, sempre tendo as condições de vida como norte.

Assim, em “O Plano Marshall e suas prováveis repercussões econômicas na América Latina”, de 1947, que é um relatório feito pelo então Senador Roberto Simonsen para a Comissão Executiva do Conselho Interamericano de Comércio e Produção, o autor debate o tema e aprofunda suas teses sobre qual deveria ser a política econômica ideal para a parcela latina do então bloco capitalista.

Após apresentar em linhas gerais o plano e seus objetivos, que basicamente previa a recuperação dos países europeus ocidentais com base na importação, por estes, de todos os insumos iniciais necessários para sua recuperação, tanto matérias primas (parte que caberia à América Latina) como produtos industrializados (parte que caberia somente aos EUA), sendo que o déficit gerado seria coberto pelo comércio com os demais países e pela conquista de novos mercados, Simonsen vai direto ao ponto: da forma como estava, a recuperação econômica europeia seria financiada pela pobreza dos países subdesenvolvidos, especialmente os da América Latina.

Em relação à América Latina a execução do programa, tal como o esboça a Comissão de Cooperação Econômica de Paris, vai nos obrigar ao retorno a condições que se assemelham às que existiam no período da guerra. Seremos chamados a expandir nossas atividades extrativas, agrícolas e mineradoras, para colaborar nesse plano com a contribuição de matérias primas e produtos semi-coloniais. A produção destes artigos, em quantidades anormais, forçará os países da América Latina a deslocar seus obreiros para atividades primárias, de baixo rendimento, e sujeitas à instabilidade econômica. E o próprio Plano não prevê a manutenção, em níveis estáveis, a partir de 1951, das importações pela Europa, dos produtos latino-americanos. (SIMONSEN, 1947, p.11)

Seguindo, Simonsen ressalta sua luta contra a pobreza, lembrando que fez constar na Constituição de 1934 e também na Conferência Pan-americana de Buenos Aires, de 1936, itens que exigissem o estudo e a proposição de soluções para o aumento dos padrões de vida dos trabalhadores, na expectativa de ver crescer a consciência sobre os efeitos da miséria para a consolidação do capitalismo no continente latino.

O padrão de vida médio de nossas populações é seis vezes inferior ao nível médio das da Europa e 25 vezes inferior ao do norte-americano. E no estágio atual da civilização latino-americana, qualquer perda de substância, em matéria econômica, representará um agravamento das condições de pobreza de nossas populações. [...] Reconhecemos, entretanto, que sob o ponto de vista econômico

e da defesa da política americana, é evidente o maior interesse dos Estados Unidos em conceder prioridade à reconstrução da Europa. Existem, porém, outros aspectos políticos e sociais que demonstram a necessidade de que a valorização do homem latino-americano corra paralelamente com o reequipamento do homem europeu. [...] Reequipar o homem europeu, e manter e agravar a pobreza do latino-americano, além de constituir uma injustiça social, significa, também, incorrer num grave erro de estratégia política. (SIMONSEN, 1947, p.12-13)

E conclui, reafirmando sua tese inicial de que a América Latina, antes de ter condições de financiar a reconstrução europeia, precisava também de um plano de recuperação, na medida em que estava em condições piores das então existentes naquela região, não havendo sentido em tal proposição, que em suma só levava em consideração os interesses das grandes potências econômicas.

A América Latina, entretanto, não está em condições de financiar, com seus próprios recursos, parte da reconstrução da Europa. A rigor, somente as regiões de nosso continente onde a vida média fosse igual ou superior à da Europa é que poderiam fazer uma contribuição ao reequipamento da Europa, sem imediata contrapartida. Qualquer outra região, onde o nível de vida médio for inferior ao nível de vida médio europeu, não pode renunciar a qualquer parcela de poder aquisitivo, criado pela sua produção. (SIMONSEN, 1947, p.13)

Nestes termos, as nações latino-americanas deveriam exigir que sua participação no plano de recuperação acontecesse em outras bases, nas quais nenhum trabalho sem a devida remuneração fosse aceito:

As nações latino-americanas devem pleitear a organização de uma Comissão de Cooperação Econômica que estude os meios para tornar mais eficiente uma efetiva cooperação dessa natureza entre os países americanos, e a obtenção de auxílio norte-americano, para os seus planos de desenvolvimento econômico. [...] pleitear sejam atendidas, no Plano Marshall, as suas legítimas aspirações, para que a valorização do homem latino-americano seja propugnada simultaneamente, com o soerguimento econômico do homem europeu, a quem rendemos o nosso preito de admiração, pelas suas tradições de cultura e civilização democrática e cristã que marcadamente conformavam as instituições políticas, sociais e culturais da América Latina. (SIMONSEN, 1947, p.16)

Da mesma forma, em “O Plano Marshall e um novo critério nas relações internacionais”, de 1949, uma conferência ministrada por Simonsen no Clube Militar, o autor retoma suas críticas à fórmula proposta para a recuperação do continente europeu, reafirmando sua tese de que, de tal forma, a América Latina não conseguiria romper com signo da pobreza.

Afirma Simonsen que, ao contrário dos EUA e da Europa, que se aproveitaram da divisão do trabalho para, com base em uma política econômica bem definida e baseada no protecionismo, criar seus grandes parques industriais, o Brasil, mesmo sendo a vanguarda do processo de industrialização no continente latino, mantinha em relação aos EUA um atraso de 70 anos do ponto de vista do desenvolvimento econômico, o mesmo ocorrendo em relação aos demais países latinos. E esta distância era fruto direto da inexistência de uma política industrialista. (SIMONSEN, 1949, p.9-10)

No entanto, as posições adotadas foram opostas: ao mesmo tempo em que os grandes países precisavam de novos mercados, o Brasil aceitou acordos em que as tarifas aduaneiras tornaram-se as

menores do mundo, bem como condições de troca com outros países sem levar em consideração nossos custos, o que só não pôs fim à ainda incipiente industrialização porque não haviam, por conta da guerra, produtos suficientes para importação. Tudo devido à falta de uma política de desenvolvimento nacional (SIMONSEN, 1949, p.12).

Em relação ao Plano Marshall e seus efeitos sobre a América Latina, Simonsen conclui que não existia a possibilidade material de custearmos a recuperação europeia às custas da pobreza local sem que isso acentuasse ao extremo as desigualdades e, por consequência, as agitações sociais, na medida em que tratava-se, em suma, de trabalho gratuito e que cujo custo seria retirado das já poucas finanças dos países latinos, agravando a pobreza já existente.

Nós não nos manifestamos contra a execução do plano Marshall, que julgamos necessário e indispensável à restauração de grande parte do trabalho no mundo. As nossas críticas cingiram-se à unilateralidade desse Plano organizado à revelia da América Latina, aos desequilíbrios em nossa estrutura econômica e social que ele irá provocar e ao conseqüente retardamento de nosso desenvolvimento econômico pela manutenção indefinida de nossa estrutura semicolonial. (SIMONSEN, 1949, p.20)

O autor alerta para a possibilidade de se aumentar os níveis de pobreza latino-americanos caso não fossem adotadas medidas de proteção e de aceleração do desenvolvimento econômico destes países, na medida em que, pelo caminho das exportações de matérias primas, mesmo em escala industrial, não seria possível romper com o subdesenvolvimento:

A execução do Plano Marshall demonstra, assim, a necessidade de um novo critério, que é, em verdade, revolucionário, em que medidas de ordem política e de ordem social condicionem a solução de problemas de ordem econômica. Realmente, a marcha normal do desenvolvimento dos povos levaria a desníveis econômicos cada vez maiores na órbita internacional, onde os países ricos ficariam cada vez mais ricos e os países pouco desenvolvidos teriam apenas um progresso lento e ilusório, constituindo-se em focos permanentes de agitações sociais de toda sorte. (SIMONSEN, 1949, p.25)

Simonsen também chama atenção para o fato de que o agravamento da pobreza seguramente traria um aumento das agitações sociais e também a impossibilidade de o Estado financiar todas as demandas sociais já existentes, por absoluta falta de recursos para tanto.

Vemos neste conjunto de obras a retomada, pelo autor, da abordagem política do tema das condições de vida e sua intrínseca relação com o desenvolvimento. Por isso o autor, nesta série dedicada às conseqüências do Plano Marshall para o conjunto dos países latinos, aponta os efeitos políticos da pobreza nas relações entre classes e a necessidade de se adotar um caminho diferente na condução da economia, procurando manter os esforços de equilibrar as desigualdades sociais.

E este componente político das condições de vida irá retornar com mais clareza em outras três obras do autor, onde Simonsen claramente expõe seu temor de que o acirramento da luta de classes poderia atrair para a região o “perigo comunista”.

Assim, Na obra “Sugestões para uma política econômica pan-americana: problemas do desenvolvimento econômico latino-americano”, exposta por Simonsen no Conselho Econômico da Confederação Nacional da Indústria e publicada somente em 1958, o autor detalhará suas propostas de uma política econômica para a América Latina que permita a elevação dos níveis de vida da população.

Logo de início, Simonsen faz uma análise sobre a Doutrina Truman e o Plano Marshall, para afirmar, após reconhecer que o segundo tinha um viés mais estratégico que o primeiro, que ambos não

se dedicaram a atacar o que entendia ser a causa do avanço do movimento comunista no mundo: a pobreza.

Para o autor, as duas ações americanas pecavam por não ter uma proposta mundial para a elevação dos padrões de vida, dedicando-se, tal como a Doutrina Truman, a ações de pressão contra os ideólogos comunistas ou, como no Plano Marshall, retomar o crescimento econômico da Europa em detrimento das demais regiões do mundo, enquanto que o mais eficiente, em sua visão, seria alterar as condições econômicas dos povos, retirando, com tal ação, o campo de atuação da ideologia comunista.

A ideia, então, seria a construção de um Plano Marshall para todo mundo ou, em não sendo possível, ao menos um para a América Latina. No entanto, Simonsen constata que a ideia construída pelos países centrais era – como de fato o foi – refazer a economia europeia reeditando a antiga divisão internacional do trabalho onde caberia aos países periféricos o fornecimento de matérias primas, em detrimento, portanto, dos avanços industrialistas até então efetuados. (SIMONSEN, 1958, p.68)

O autor segue no desenvolvimento de suas ideias, associando mais claramente a defesa do continente americano contra os comunistas ao combate direto à pobreza. Sem diminuir as desigualdades sociais, sem aumentar a produção de riquezas, o consumo, o crescimento econômico, os planos de defesa para a América Latina teriam, a seu ver, efeito inócuo.

Em suma, é lícito afirmar que nenhum plano de defesa do continente Americano se pode dissociar de um plano de desenvolvimento econômico. Os objetivos políticos, aqui talvez mais do que na Europa, supõem em primeiro plano a consideração dos problemas econômicos. (SIMONSEN, 1958, p.71)

E tal investimento não poderia, neste momento, ser feito pelas forças próprias destes países, já muito fragilizados. O ideal seria que a contrapartida pelo esforço a ser feito pela Europa fosse um plano de progresso para a América Latina, a fim de equiparar os níveis de vida daqui aos da Europa, equilibrando as desigualdades e, por conseqüências, as relações econômicas.

O desenvolvimento dos países de economia incipiente é a contrapartida necessária da reconstrução europeia. Todavia, nesse desenvolvimento distingue-se dois aspectos: o de renovação e ampliação, em que se procura, atingindo os padrões que teriam sido alcançados não fossem as perturbações do conflito mundial, retomar o fio do desenvolvimento; e o de desenvolvimento propriamente dito, em que se buscava acelerar o ritmo de capitalização, de modo a conseguir uma produtividade que assegure padrões de vida comparáveis aos padrões médios nos países europeus. (SIMONSEN, 1958, p.73)

Mas quais seriam, afinal, as medidas a serem adotadas? A primeira delas seria um investimento direto na ampliação dos parques industriais latino-americanos, que cresceram durante a guerra, a fim de compensar a queda na produção agrícola. A outra proposta era um plano para elevar a capitalização e o nível de vida da população. Simonsen apresenta uma série de cálculos e simulações que o levam a concluir que, sem a adoção de medidas específicas de aceleração destes fatores, levaria algo em torno de 20 anos para que o padrão de vida dos latinos atingisse o nível europeu. (SIMONSEN, 1958, p. 73-86)

Ademais, a diferença entre os níveis de vida brasileiros em relação aos demais países é explicação suficiente para convencer sobre a necessidade de se adotar um plano estratégico para o desenvolvimento das economias nacionais periféricas.

A título de exemplo, em 1940 a renda per capita do Brasil equivalia a 10% da mesma renda da Suíça, 12,7% da Suécia; 14,8% da Dinamarca; 34,8% da Polônia (país europeu dos mais pobres). Em

relação aos demais países ocidentais, a diferença era ainda mais gritante: 10 vezes menor que a dos EUA e 8,8 vezes menor que a do Canadá, bem como três vezes menor que a da Argentina, que também era pobre em relação aos demais, o mesmo se aplicando aos demais países latinos, todos com renda per capita maior que a brasileira. (SIMONSEN, 1958, p.92).

Por consequência, os níveis de consumo também eram extremamente baixos. Em relação à alimentação, na média geral os brasileiros de 1940 consumiam apenas 60% do mínimo de calorias necessárias à sua própria manutenção, indicando quadro de subnutrição; em relação ao vestuário, consumíamos cinco vezes menos que os norte-americanos, com o agravante de que nosso consumo era de tecidos grosseiros, com baixa tecnologia de produção.

No campo da habitação, de igual forma, nossos padrões eram distantes dos demais países: havia aqui um excedente de 30% em relação aos dormitórios disponíveis, o que equivale a distribuir três indivíduos por cômodo. A necessidade, naquela época, era construir 8 milhões de casas novas, substituindo parte das antigas, sem condições sanitárias. Por conta das condições de vida dos trabalhadores, enquanto a vida média nos EUA era de 64 anos em 1940, a brasileira era de 49 anos em São Paulo e de apenas 30 anos em Recife. (SIMONSEN, 1958, p. 95)

Diante de tal quadro, Simonsen conclui que, sem haver uma estabilidade econômica, que incluía melhores condições de vida às classes trabalhadoras, não seria possível conquistar a estabilidade política. Permanecendo as desigualdades sociais, não há como evitar o avanço das ideias comunistas, na medida em que a consciência sobre a situação de miséria em que se encontravam as classes populares não permitia mais a sequência de tais circunstâncias:

Há uma correlação entre a estabilidade política e as condições de vida. As instituições democráticas só funcionam plenamente onde são elevados os padrões de vida e, inversamente, onde esses são baixos predomina a inquietação política, a instabilidade dos governos e a contínua violação dos direitos fundamentais. [...] Tais agitações, contudo, tinham um caráter local e não chegavam a abalar a ordem social. Hoje, com a crescente consciência que as massas adquirem de sua própria miséria, elas se tornam extremamente perigosas à ordem social interna. (SIMONSEN, 1958, p. 105)

Nestes termos, o Plano Marshall, tal como colocado, significaria a rigor um retrocesso econômico à América Latina e especialmente ao Brasil, na medida em que retornaríamos à condição de dependência das economias estrangeiras e do comércio com as mesmas.

No caso do Plano Marshall, ainda mais justificadamente, não tem cabimento a tese de que as economias latino-americanas se beneficiarão com o aumento das exportações. Em primeiro lugar, porque grande parte delas será sem contrapartida e em segundo lugar, porque na atual situação inflacionária o aumento das exportações, no tipo previsto pelo Relatório de Paris, representa uma redistribuição de fatores de produção, cujo efeito é uma redução da produtividade e, portanto, do desenvolvimento. Em conclusão, o aumento das exportações da América Latina exige um correspondente plano de desenvolvimento, sem o qual se reduzem de imediato os níveis de consumo interno e mediatamente a própria capacidade de exportação. (SIMONSEN, 1958, p. 106)

Para que a recuperação da Europa surtisse o efeito necessário, portanto, era preciso um plano universal de recuperação econômica e combate à pobreza, diminuindo as desigualdades econômicas.

Vemos, pois, que as preocupações derivavam da certeza de que não seria possível atingir o estágio de desenvolvimento dos países centrais sem aumentar o padrão de vida dos trabalhadores. Nestes termos, ao perceber que o Plano Marshall buscava recriar as condições da divisão internacional do trabalho existentes antes da II Guerra, procurou posicionar-se de maneira a que também a questão social da América Latina fosse notada.

Daí sua preocupação de alertar para o tema mesmo antes do fim oficial do conflito: a prosseguirem as condições acordadas, haveria retrocesso econômico na América Latina, abrindo espaço para toda sorte de agitações sociais de cunho comunista, na medida em que estes, segundo Simonsen, aproveitavam-se da miséria para difundir sua ideologia. Em um mundo com menos miséria e mais igual, acreditava, seria mais difícil o combate ideológico com o capitalismo.

Mais do que uma questão de ordem ideológica, a preocupação do autor era, de fato, com a possibilidade real das classes trabalhadoras se rebelarem contra as condições a que estavam submetidas, na medida em que, como o próprio Simonsen alertara anteriormente na obra “Sugestões para uma política econômica pan-americana” (1955), a cada dia crescia a consciência sobre sua real situação, o que exigia a adoção de políticas sociais imediatas a fim de diminuir as desigualdades, na medida em que a doutrina marxista encontraria maior eco em um ambiente de desigualdades, de discrepâncias materiais muito fortes, onde a miséria impedisse a realização dos princípios da liberdade e da justiça. Em um meio onde imperasse a justiça social, seria muito mais difícil ao comunismo encontrar argumentos em sua defesa.

Vencer as desigualdades, portanto, era o objetivo de Simonsen, seja para consolidar o capitalismo industrial, seja para harmonizar as relações entre as classes, afastando o comunismo, que segundo Simonsen sustenta-se exatamente da exploração política da miséria dos povos. Se a miséria não existisse ou fosse amenizada, em seu ver, o campo para a atuação política do marxismo estaria diminuído. E para tanto, era necessário, além do equilíbrio material propriamente dito, nos apoiarmos na doutrina da justiça social, que seria a conciliadora dos conflitos.

A ideia, pois, seria a criação de um Plano Marshall para todo o mundo, como já vimos, com o claro objetivo de promover o desenvolvimento dos países que até então não haviam conseguido se libertar da pobreza. Mas Simonsen faz questão de destacar que não se tratava de ajuda humanitária ou filantrópica, mas de uma estratégia de desenvolvimento que, ao mesmo tempo em que elevaria as condições gerais de vida dos povos latino-americanos e outros em igual condição, diminuiria por consequência as desigualdades sociais. Era, pois, como bem chamou o autor, uma política social internacional.

Esta política social – guardemos el nombre por su contenido ético – no ES, sin embargo, una política de carácter meramente filantrópico, es un imperativo para el equilibrio económico del mundo y para el propio bien estar de las naciones mas poderosas. [...] Ao deretcho social que visa instituir las bases de una racional política distribuidora dentro de las fronteras de cada país, deve corresponder, pues, una Política internacional Social que pueda promover, por médio de una distribución mas equitativa de los médios de producción, la eliminación de las barreras que impiden difundir la prosperidad en el mundo. (SIMONSEN, 1955, p.12)

Não podemos deixar de notar a proximidade das ideias desenvolvidas por Simonsen nesta última etapa, especialmente nas obras relativas ao Plano Marshall e da justiça social, com os conceitos que Prebisch (1949) desenvolveu a partir do lançamento do Manifesto da Cepal. A respeito, ver obra de nossa autoria (2010) e Cepeda (2004 e 2007), onde a autora discute como Simonsen antecipou a teoria do subdesenvolvimento, outra marca do pensamento econômico latino americano partir de 1950.

Assim, expostas as hipóteses utilizadas por Simonsen para defender suas teorias sobre as condições de vida e a importância vital do projeto industrialista para sua superação. Em movimento dialético, a superação da pobreza somente se daria com o advento da industrialização, desde que essa, de fato, trouxesse consigo um aumento real na produção, elevando ao mesmo tempo os ganhos do capital e do trabalho.

Logo, industrialização e superação da pobreza são parte de uma mesma teoria “simonseniana” na medida em que desenvolvida de forma a identificar o objeto a ser estudado (as condições de vida), suas causas e efeitos (a pobreza) e seus modos de superação (a industrialização).

E foi com base nesta certeza que Simonsen lançou-se, enquanto principal líder da burguesia industrial brasileira, na luta pela industrialização e pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores do Brasil e da América Latina.

BIBLIOGRAFIA

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4ª edição, Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CARONE, Edgard. Roberto C. Simonsen e sua Obra. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro: 11(4): p.23-28, out/dez de 1971.

_____. **O pensamento industrial no Brasil. 1880-1945**. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977.

CEPEDA, Vera. **Roberto Simonsen e a formação da ideologia industrial no Brasil: limites e impasses**. 2004. Tese. (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. **Estado, Democracia e Nação na teoria do subdesenvolvimento**. Trabalho apresentado no XII Encontro Nacional de Economia Política, junho de 2007. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo/_861_d4b012a6ed845f6bac443e6cd55e34a7.pdf>. Último acesso em 30 de set. de 2009.

COLISTETE, Renato Perim. **A força das idéias: a CEPAL e os industriais paulistas na primeira metade da década de 1950**. in *História Econômica & História de Empresas*, vol. X, 2006, p. 123-153.

CORSI, Francisco Luiz; Camargo, José Marangoni (org). **Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010.

DEL VECCHIO, Angelo; DIÉGUEZ, Carla. **As pesquisas sobre o padrão de vida dos trabalhadores da cidade de São Paulo. Horace Davis e Samuel Lowrie, pioneiros da sociologia aplicada no Brasil**. Editora Sociologia e Política: São Paulo, 2008.

FREITAS, Moacir Jr. **Roberto Simonsen e Raul Prebisch: intersecções**. SP, 35º Encontro Nacional da ANPOCS, 2011, disponível em http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1145&Itemid=353, acessado em 02/05/2013.

_____. A contribuição de Roberto Simonsen para a institucionalização da sociologia aplicada no Brasil. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 3, n. 1, 2010.

_____. **Três industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen.** São Paulo: Alfa-
Ômega, 1976.

MAZA, Fábio. **O idealismo prático de Roberto Simonsen: ciência, tecnologia e indústria na
construção da nação.** São Paulo: Instituto Roberto Simonsen, 2004.

VIEIRA, Rosangela de Lima. **A presença da história no pensamento de Celso Furtado.** In: Corsi;
Camargo (org). Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento. SP: Cultura Acadêmica; Marília:
Oficina Universitária, 2010, p. 41-52.

SIMONSEN, Roberto. **Alguns aspectos da política econômica mais conveniente ao Brasil no
período de após-guerra – geografia e política industrial.** São Paulo: FIESP, 1943.

_____. **Sugestões para uma política econômica pan-americana: problemas do desenvolvimento
econômico latino-americano.** Rio de Janeiro: Confederação Nacional da Indústria, 1947.

_____. **O Plano Marshall e suas prováveis repercussões econômicas na América Latina.** Rio de
Janeiro: s/ editora, 1947.

_____. **A situação econômica da América Latina e suas possibilidades em face do Plano
Marshall (Contribuição para conferência interamericana de Bogotá).** São Paulo: Departamento de
Economia Industrial, 1948.

_____. **La doctrina Simonsen de um derecho internacional social.** São Paulo: FIESP; CIESP,
1948.

_____. **O Plano Marshall e um novo critério nas relações internacionais.** Rio de Janeiro, sem
editora, 1949.

_____. **Simonsen e a operação Pan-Americana.** São Paulo: CIESP; FIESP, 1958.